

A CONTRIBUIÇÃO DOS JOGOS AFRICANOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.

The contribution of African games in School Physical Education.

Larissa de Araujo Aguiar e Luan Fernandes Silva Alves¹

Edson Farret da Costa Júnior²

*1 – Discentes do Curso de Bacharel em Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira -
Universo*

*2 - Docentes do Curso de Bacharel em Educação Física da Universidade Salgado de Oliveira -
Universo*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo exibir a contribuição dos jogos africanos na Educação Física Escolar, tendo como base referenciais teóricos que perceberam tal afirmativa em suas práticas docentes. A metodologia utilizada para este artigo tratou-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com o intuito de estimular debates e reflexões a respeito do papel do professor de Educação Física na construção de conhecimentos pautados na diversidade cultural e representatividade negra, por meio das micro-ações afirmativas que corroboram para uma educação antirracista. A partir das revisões bibliográficas realizadas, obteve-se como resultado que é possível e necessário que se adote pequenas ações afirmativas nas rotinas escolares da Educação Física para a manutenção de um saber plural e diversificado. Destarte, concluiu-se que os jogos africanos, enquanto micro-ações afirmativas presentes no planejamento anual da Educação Física Escolar, contribuem significativamente para um processo de ensino-aprendizagem diversificado culturalmente, antirracista e democrático. Além do lúdico ser percebido enquanto estratégia pedagógica viável e capaz de despertar interesse das crianças e jovens na busca de mais saberes.

Palavras chaves: Educação Antirracista; Jogos Africanos; Ludicidade Africana e Afro-brasileira; Micro-ações afirmativas.

I – INTRODUÇÃO

O histórico das vivências escolares, principalmente nas aulas de Educação Física, indica que os conhecimentos e práticas de jogos são provenientes de saberes e criações de jogos europeus, ou seja, a aprendizagem escolar e suas vivências são inclinadas a existirem devido a influência unilateral das fontes eurocêntricas, interferência essa que ocorre desde os tempos de colonização e ainda deixam marcas no sistema educacional brasileiro atual.

Ainda que se veja brincadeiras locais em nosso repertório escolar ou até mesmo em momentos de lazer, é de se perceber resquícios das culturas colonizadoras e seu olhar discriminador sobre o que advém da cultura africana ou o que é criado aqui, porém com referenciais africanos, sofrendo influências racistas em suas construções, como o caso da brincadeira “Chicotinho Queimado” que, se não passar por uma reflexão de seu significado, não se percebe o contexto da escravidão inserido em sua cantiga (CUNHA, 2016).

Os jogos africanos consistem em práticas lúdicas provenientes do continente africano, levando em consideração a diversidade existente no continente e as grandes variações de jogos provenientes de lá, desde jogos de tabuleiro até jogos que exigem alta movimentação corporal. Tais práticas propiciam momentos de lazer e diversão para seus participantes, independentemente da faixa etária, bem como também corroboram para um aprendizado significativo quando sua execução é planejada de maneira consciente por um educador em um espaço escolar.

Os jogos vêm sendo cada vez mais necessários nos cotidianos das escolas, tendo em vista o aprendizado global das crianças e jovens, bem como para introdução de uma educação antirracista dentro e fora da sala de aula, fazendo com que eles tenham múltiplas possibilidades para tal objetivo, como com os jogos africanos. Sendo assim, é possível compreender, com base em apud ARAÚJO (2003, p. 68) que:

Na escola, além de aprender a ler a escrever, elas também são desafiadas a aprender outra variedade linguística, outra lógica, outra relação com o corpo, novos valores estéticos, outra religião, que não se identificam com seu grupo cultural.

Para tanto, cabe destacar que o professor de Educação Física se configura, assim como os demais professores das escolas, como essencial para a promoção de uma educação multicultural, antirracista e como referência de aprendizagem e comportamento para as crianças e jovens de seu convívio, tendo como responsabilidade de ensinar diretamente, por meio de planejamentos para suas aulas, bem como ensinar indiretamente, por meio de seu exemplo ao falar e se comportar frente as variedades sociais, culturais e raciais presentes em um mesmo espaço.

Portanto, o objetivo deste artigo é realizar uma análise, baseada em artigos pertinentes no assunto, sobre a relevância social de uma educação multicultural e antirracista na educação básica, tendo como ênfase nesta pesquisa a inserção de jogos africanos nas aulas de Educação Física, seja de alta mobilidade nas quadras e/ou jogos de tabuleiro, sendo relevante para o processo de ensino-aprendizagem desde a construção até o brincar propriamente dito.

A partir do que se exige a Lei 10.639/03, referente ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas, os jogos africanos podem ser percebidos enquanto ferramentas para se atender às expectativas dessa legislação e trabalhar o respeito à diversidade étnica, contribuindo para construção de uma identidade positiva dos alunos negros, como indica Kishimoto (2010) apud Cunha.

Para além, este artigo se justifica a partir da sua finalidade inicial de contribuir para o enriquecimento acadêmico pessoal, bem como visa contribuir para primeiros contatos, novas possibilidades e reflexões à comunidade acadêmica a respeito da temática étnico-racial, a qual cabe discussão em todos cenários sociais possíveis, mas que aqui há o foco na educação básica, com ênfase na Educação Física.

II – METODOLOGIA

Esta pesquisa é voltada para o aspecto qualitativo e sinalizada, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva. Trata-se de uma revisão bibliográfica, a qual se caracteriza enquanto estudo metódico com base em material publicado em livros, revistas, e artigos, isto é, produções que tragam o tema geral como desejado e sejam encontradas em plataformas e/ou locais renomados, assegurando a veracidade das informações e fatos apresentados.

De acordo com Gil (2002) apud Ringel e De Paula, uma pesquisa bibliográfica possibilita entender a leitura, a análise e a interpretação de material impresso. Nesse sentido,

“os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência.”.

A busca por referencial teórico é uma etapa que antecede a escrita do trabalho, a qual se deu no período de agosto e setembro do presente ano, onde ocorre a seleção de artigos e livros que abordem o tema proposto e se apresentam como objetos fundamentais para que seja possível agregar com este estudo e proporcionar um debate sobre a importância dos jogos africanos para uma educação multicultural e antirracista.

Foi realizada uma revisão de literatura com publicações entre os anos de 2016 a 2021, alguns disponíveis eletronicamente em livros específicos sobre o assunto e artigos. Dessa forma, foram escolhidos cinco estudos para a construção desta revisão bibliográfica. A escolha foi realizada após separar diversos materiais que abordassem a educação multicultural, as relações étnico-raciais, os jogos africanos, sendo selecionados apenas os que mais se encaixavam com a expectativa da construção deste estudo, para fins de promover diálogos entre as escritas reunidas.

Para a elaboração do estudo foi realizado inicialmente a pesquisa, posteriormente a leitura para a sistematização dos conceitos e métodos dos textos escolhidos, e em seguida deu-se início a construção do presente trabalho.

Dessa maneira, o assunto a ser abordado no decorrer do texto buscará trazer debates e ponderações para que, desde as séries iniciais através dos jogos africanos, a Educação Física seja um dos caminhos que promova a mudança do comportamento discriminatório presente em nossa sociedade, possibilitando que, desde o chão da escola, seja possível agregar os múltiplos saberes das culturas africanas que sempre estiveram presentes em nossa cultura e sendo parte da construção dela, mas que com o padrão eurocêntrico sobreposto a eles, historicamente sofre uma inacessibilidade que vem sendo modificada a passos lentos, a partir de iniciativas como o presente trabalho, que possibilitam repensar comportamentos segregadores e pensar modos outros de propor uma educação multicultural.

Ao longo desta escrita serão levantados debates para se pensar, de maneira mais esmiuçada, na Educação Física Escolar a partir das micro-ações afirmativas nos contextos escolares, tendo em vista a Lei 10.639/03 que faz referência ao ensino da História e Cultura Africana e os jogos africanos com sua definição e propostas.

III – RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A LEI 10.639

A lei 10.639/03 sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, fez-se obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no âmbito educacional, tornando o conhecimento mais acessível e esclarecedor para todos os alunos, oportunizando com isso a possibilidade de uma visão mais ampla e menos preconceituosa sobre nossas origens provenientes da cultura negra, propondo novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana.

Tratando de assuntos como a História da África e dos Africanos, a luta dos negros em território brasileiro, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade, resgatando a contribuição do povo negro sobre a área social, econômica e política referentes a História do Brasil. E também estabelece o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra¹, valorizando a importância do negro para a construção social, desde costumes como, música, culinária, dança descobertas e saberes, até a religião que trouxeram consigo.

É uma lei que aborda temáticas importantes que possibilitam as pessoas, desde o ensino básico, a conhecerem a importância do povo negro em nosso território, tirando gradativamente a visão eurocêntrica que cerca o povo e descentraliza a construção do conhecimento. Dessa maneira, trabalhando a quebra do racismo que assola o país e trazendo cada vez mais a importância do negro na construção e evolução de nossa sociedade.

Entretanto, ainda é um assunto que deveria ser trazido com mais recorrência e não somente em um dia do ano, para lembrarmos da importância da cultura negranas pequenas práticas do dia a dia escolar. Mas assim sendo, por perceber a defasagem de momentos que oportunizam o ensino recorrente sobre a cultura africana, após estudos e debates, foi visto que a introdução da temática através de práticas lúdicas, possibilita um somatório de valores e conhecimentos acerca do tema bastante proveitosos, uma vez que “brincando” a aprendizagem torna-se prazerosa.

De acordo com a lei, os conteúdos programáticos deveriam ser levados aos alunos através de todo currículo escolar, em especial por disciplinas como: Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras. Todavia, por fazer parte da área das Linguagens, a Educação Física

¹ De acordo com a lei 10.639/03, a data 20 de novembro foi escolhida para o Dia Nacional da Consciência Negra, pois faz referência a morte de Zumbi dos Palmares, figura negra histórica reconhecida pela sua luta e resistência a escravidão. Entretanto, mesmo que faça parte do calendário nacional, alguns estados não aderiram como feriado. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_10639_09012003.pdf

passa a ser um caminho de aprendizado igualmente fundamental para crianças e jovens na etapa escolar, uma vez que a mesma trabalha com a linguagem corporal, com o lúdico e propicia o aprendizado de forma assertiva e aprazível, oportunizando vivências e construções a partir da participação e curiosidades deles. Caminhos esses que serão esmiuçados nos próximos tópicos.

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR A PARTIR DAS MICRO-AÇÕES AFIRMATIVAS

É evidente que ter uma lei como a 10.639/03 sancionada é uma conquista grandiosa para o sistema educacional brasileiro, uma vez que ela é fruto de uma longa batalha que antecede esse ganho, daqueles que defendem uma educação democrática, imparcial e que forneça informações abundantes e sistematizadas sobre os três pilares da construção da nossa identidade cultural, sendo eles, africano, europeu e indígena, este último tendo força com base legislativa quando a lei 11.465/08² foi sancionada.

Ainda assim, o processo de abordar as relações étnico-raciais nas escolas não deve ficar apenas no papel, mas sim posto em prática e inserido nos currículos escolares. E quando se fala em práticas planejadas e presentes nos currículos, entende-se como ações recorrentes nos cotidianos escolares que oportunizem a construção de uma identificação positiva das crianças e jovens negros, a partir do contato com a cultura e representatividade negra e o entendimento e convívio respeitoso por parte das crianças e jovens não negras. Tais práticas são nomeadas micro-ações afirmativas que, segundo Jesus (2018) apud Cavalcanti e Silva “são ações de caráter antirracistas oriundas de práticas pedagógicas de professores comprometidos com a superação do racismo na sociedade brasileira”.

E por fazer parte da grade de disciplinas da educação básica, a Educação Física pode e deve ser uma via fundamental para propor as micro-ações afirmativas para se trabalhar as múltiplas possibilidades da temática histórica e cultural africana no decorrer de todo o ano letivo e não apenas em datas comemorativas do calendário escolar.

Ao tratarmos de temáticas culturais de forma isolada “acabariamos por *folclorizar* e reforçar os estereótipos, resultando em um distanciamento ainda maior da realidade”, conforme destaca Cavalcanti e Silva (2018). Destarte, entende-se que a ação

²A lei 11.465/08 trata-se de uma atualização da lei 10.639/03, a qual inclui a obrigatoriedade do ensino das Histórias e Culturas dos povos indígenas, devendo também fazer parte de todo currículo escolar fundamental e médio, das redes públicas e privadas de ensino, especialmente das áreas de linguagens e história. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm.

pedagógica de mobilizar determinados assuntos apenas em datas específicas e não de maneira continuada, acaba por inviabilizar possíveis reflexões a longo prazo, como por exemplo tratar da Consciência Negra apenas em sua data no mês de novembro, enquanto que levantar tal temática em ações educativas a longo prazo, com participação ativa dos discentes, oportunizaria reflexões e aprendizados significativos.

Trazer o conceito de *micro-ações* afirmativas para os cotidianos escolares fortalece o papel do professor enquanto agente impulsionador para a construção do conhecimento plural e na busca de representatividade negra na escola, tanto no sentido físico, quanto nos discursos e saberes levados para sala de aula/quadra. Sendo assim, tal propósito não poderia ser diferente na Educação Física Escolar, ao oportunizar aprendizados provenientes do continente africano por meio de conhecimentos teóricos e os práticos desenvolvidos a partir da ludicidade africana, utilizando de jogos e brincadeiras provenientes de lá.

3.3 O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA PARA DIVERSIDADE CULTURAL.

O lúdico é uma maneira de passarmos conteúdos através de fantasias e brincadeiras, tornando assim a assimilação de determinados assuntos de uma maneira mais aprazível. Porém, ainda é um assunto que diversifica opiniões no campo da educação. Por um lado consensual, todos sabem da importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem, não deixando dúvidas de como torna o desenvolvimento de uma determinada atividade mais prazerosa e contribui para o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo da criança e adolescente.

Porém, há conflitos acerca do assunto, principalmente pelo fato de o lúdico retirar a tensão das atividades propostas e pela dificuldade em encontrarmos escolas com espaços efetivos para a vivência lúdica. Apesar de existirem diversas comprovações científicas acerca do tema, ainda assim as atividades lúdicas dentro do ambiente escolar encontram-se limitadas.

É possível ver o lúdico dentro das salas de aula com frequência e de forma bem-vinda, porém tradicionalmente restritos às salas de educação infantil. O que deixa mais claro a ideia do senso comum de que o lúdico é voltado para a brincadeira, deixando com que os adolescentes fiquem limitados a algo mais sério e competitivo, além de transmitir a ideia de que as brincadeiras não são propostas pedagógicas para fins de aprendizado e desenvolvimento.

Em uma perspectiva mais tradicional, as escolas toleram a brincadeira, mas jamais a incentiva, pois dessa forma oportunizariam aos alunos um espírito animado pela utilidade do trabalho e a produção do mesmo. Pensando dessa maneira, as escolas retiram de seu dia a dia componentes fundamentais acerca da vivência humana. Além de mostrar que o lúdico não é contra o viés do trabalho “sério”. É possível ser lúdico até mesmo no trabalho desde que não envolva o seio capitalista.

Excluindo essa visão reducionista, a inserção real do lúdico no dia a dia escolar permite vivências agregadoras para os professores e alunos, pelas vivências formativas que trazem consigo. Nesta ocasião, o lúdico permite a experimentação, estabelecendo uma relação positiva conosco. Luckesi (2016) apud Cunha destaca que:

Na vivência de uma atividade lúdica, cada um de nós estamos plenos, inteiros nesse momento; nos utilizamos da atenção plena, como definem as tradições sagradas orientais. Enquanto estamos participando verdadeiramente de uma atividade lúdica, não há lugar, na nossa experiência, para qualquer outra coisa além dessa própria atividade. Não há divisão. Estamos inteiros, plenos, flexíveis, alegres, saudáveis.

Luckesi diz ainda que a vivência lúdica de forma inteira e plena, exercita a capacidade de compaixão, não como um ato de sentimentalismo extremo, mas como capacidade de sofrer e agir com o próximo.

Dessa maneira, ao falarmos de ludicidade africana e afro-brasileira, é remeter a ludicidade alimentada por conteúdos, valores, histórias, ritmos, pela cultura negra em suas divergentes manifestações. Há diversos fragmentos de povos antigos africanos como: expressões musicais contemporâneas, como o Hip Hop. Esses fragmentos representam os processos criativos de ressignificação da diáspora. Sejam nas alegrias das danças da roda de Jongo, no Rio de Janeiro, sejam os batuques de samba em Cametá, na Amazônia paraense. Tudo compõe o vasto campo que aqui domina sobre a ludicidade africana e afro-brasileira.

Apesar desse contexto de uma difícil precisão na história, a ludicidade africana e afro-brasileira surge como um elemento de grande importância para os estudos culturais, porque evidenciam a capacidade de resistência, criação e recriação dos negros no Brasil. A exímia capacidade de, no histórico mais perverso da escravidão, colonização, violência e miséria, continuar a insistir nos estereótipos de belezas negras.

Assim, não é possível limitar a ludicidade negra a um grupo fechado de brinquedos, e brincadeiras. Na verdade, não é possível falar sobre ludicidade exclusiva africana ou afro-

brasileira, ao levarmos em conta os processos de trocas e misturas culturais existentes, muitas das vezes violentos impostos pelos colonizadores.

Por um lado, abordar a cultura africana pelo lado lúdico, não quer dizer que devemos negar as vivências de dispersão do seu povo, provenientes de preconceitos, mas, afirmar o quão hábil são esses homens e mulheres. E essa habilidade em recriar que trazem consigo, que vemos nas crianças vindas da África que hoje transformam lixo em brinquedo, usam terra como tabuleiro, fazem bola de futebol com panos velhos.

Propor acesso a esse conjunto de elementos que propicia a vivência lúdica acerca da cultura africana e afro-brasileira, é fundamental para suprimir os preconceitos equivocados relacionados a questão racial. Quando o professor organiza uma atividade lúdica, deve-se levar sempre em consideração a diversidade cultural, pois a brincadeira desenvolve na criança a sua apreciação pelo mundo. Pois em qualquer situação lúdica é capaz de propor atividades que ajudem a criança no conhecimento do respeito a diversidade cultural e que as próprias crianças negras sejam inseridas e respeitadas.

Ao propormos atividades lúdicas que sejam ricas de cultura africana e afro-brasileira, propicia-se ainda mais o aprendizado sobre a diversidade étnica, além de contribuir para a construção de uma identidade positiva para os alunos negros.

Apesar de ser um assunto sobre um tema promissor para a formação do conhecimento de professores e implementação de um dia a dia mais plural dentro das escolas, a ludicidade africana e afro-brasileira ainda não é um tema de fácil acesso por conta da falta de pesquisa sobre o assunto. Muito dos assuntos acerca da produção brasileira sobre o tema, abrange sobre os aspectos relativos à herança europeia, marginalizando e tratando com demérito a cultura negra.

A dificuldade de abordar a contribuição dos negros africanos para o patrimônio lúdico brasileiro, tange ao contexto da escravidão aqui existente, que levou a transformação da herança lúdica africana, tendo até a inclusão de elementos raciais em jogos e versos populares e que são citados como jogos de origem afro-brasileira. É preciso polemizar cada vez mais a construção histórica de alguns jogos, afim de desestruturar os apelidos que inferiorizam os negros. Nesse contexto, ao pensarmos sobre a contribuição da ludicidade para a agregação das relações étnico-raciais é enfrentar desafios diários ao pesquisar e selecionar jogos e brincadeiras africanas e afro-brasileiras com intuito de valorizar a diferença racial existentes,

e não somente afirmar a forma brutal e rude que marcou a chegada dos negros em solo brasileiro.

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtudes das reflexões trazidas no decorrer deste trabalho, a partir das revisões realizadas em bibliografias que abordem a temática da cultura negra na escola, suas origens e contribuições para educação brasileira, pode-se perceber que ainda há poucos materiais de pesquisa que englobem a Educação Física Escolar e a educação antirracista. Ainda assim, com base no material coletado e aproveitado para escrita, pode-se concluir que as micro-ações afirmativas são caminhos potentes para se construir uma educação democrática e antirracista em todos os ciclos da escolarização. E se tratando especificamente da Educação Física Escolar, os jogos africanos podem ser considerados ferramentas poderosas para se alcançar o objetivo de se construir um espaço de educação culturalmente plural, antirracista e sob diversas perspectivas que não sejam apenas as eurocêntricas. Além da diversidade cultural e criativa provenientes do continente africano contribuir para um trabalho pedagógico interdisciplinar e enriquecedor dos fatores cognitivos, sociais, motores e afetivos, uma vez que sua variedade de jogos e brincadeiras oportunizem situações de cooperação, trabalho cognitivo, trabalho manual na confecção dos jogos e esforço de outras disciplinas, como a Matemática com figuras geométricas e História ao precisar contextualizar as atividades.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Débora; RIBEIRO, Rosana; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Infâncias em debate: políticas e poéticas na educação das infâncias. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro 2003. Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.639.htm#art1. Acesso em: 17/10/2021 às 22 horas.

CUNHA, Débora Alfaia da. Brincadeiras africanas para a educação cultural. Castanhal, PA: Edição do autor, 2016.

RINGEL, Fernando; PAULA, Angela Machado de. **A METODOLOGIA NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**. 2002. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/a-metodologia-na-construcao-historica.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

SOUZA, André dos Santos *et al.* Corporeidades Negras e micro-ações afirmativas: práticas antirracistas na educação infantil. In: FONTOURA, Helena Amaral da (org.). **Pesquisas em Processos Formativos e Desigualdades Sociais**. 5. ed. Niterói: Intertexto, 2018. Cap. 6. p. 47-53.